



A LINGUAGEM CÍVICA: UM MARCO DA MEMÓRIA EDUCACIONAL

Tatiane Malheiros Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb (Brasil)

Endereço eletrônico: tatiane.alves@ifbaiano.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa que tomou como referência as políticas de escolarização dos anos de 1937 a 1945 - período que intercorre o Estado Novo - e analisa como esse intercurso político apropriou-se da linguagem cívica, patriótica e religiosa como recurso e referência de memória para socialização da campanha política nacionalista de Getúlio Vargas durante o seu governo e na processualidade dos anos seguintes.

À vista disso, empreendemo-nos a investigar como esses tempos se encontram numa relação dialética que perpassa os múltiplos tempos. Para isso, perscrutou-se como os mecanismos linguísticos de produção e apropriação dos discursos ideológicos foram sistematizados e usados para construir uma memória social, coletiva e positiva do nacionalismo. Essas bases conservadoras e suas ancoragens amparam-se nos quadros sociais simbólicos e religiosos que permanecem em sua processualidade dialética e que não podem ser desprezadas no estudo da instituição e de uma sociedade.

Como ponto de partida, a Escola Getúlio Vargas¹ balizou a pesquisa devido à sua estrutura estar inscrita no período cívico-nacionalista do Estado Novo, e a educação moral, cívica, enfim, nacionalista ser tão fortemente arranjada e organizada na memória social dessa instituição que, apesar do esmaecer do regime varguista, sustenta-se nesses pilares e permanece arraigada, mesmo em suas modificações dialéticas, na memória social como um marco social de referência na cidade.

¹ A Escola Getúlio Vargas, ao longo de todas essas décadas, foi uma instituição que, durante o Estado Novo, ofertava o Ensino Primário, perpassando pelo Regime Militar, até alcançar os anos de 1990 e, mais precipuamente, os dias atuais. Ensino Primário é o que, hoje, denomina-se Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano. A Escola sempre ministrou somente as séries iniciais do Ensino Fundamental; por esse motivo, durante a ditadura civil-militar, as disciplinas instituídas por esse regime para reforçar o comportamento conciliador e sistêmico dos estudantes não tinham autorização para se amplificarem naquele espaço, visto que, por exemplo, Educação Moral e Cívica (EMC), componente curricular criado em 1969, era canalizada para jovens que atuavam diretamente na sociedade. No entanto, a instituição apresenta registros e traços que se perfilam para impor a disciplina e a prática educativa no currículo.



METODOLOGIA

Nosso interesse reside no processo de interiorização e construção da memória inscrita e escrita na escola que vai comparecendo e ritmando o cotidiano da educação em dadas situações ao longo do tempo. Pressupomos que escolas, como a Getúlio Vargas, que se organizam e se consolidam durante o Estado Novo, transitam por anos democráticos e se recompõem durante o regime ditatorial de 1964, continuarão modulando a realidade de uma sociedade, de uma escola, por meio de uma memória apreendida, considerando o forte apelo dessas políticas mediante o uso, sobretudo, de recursos linguísticos de caráter ideológico; recursos que se tornam quadros de referências para as memórias individuais, sociais e coletivas vividas e recebidas, mantidas em suas modificações por meio de discursos e linguagens comuns que se perpetuam ao longo do tempo.

Do ponto de vista metodológico, balizamo-nos, portanto, na discussão das múltiplas temporalidades que atravessam a construção da memória social; a Escola Getúlio Vargas é reconstruída, em um vai-e-vem simbiótico, por aqueles que tiveram atuação nesse espaço escolar, mas também fora dele, na própria cidade e na comunidade, sentindo-se pertencentes como parte desse processo, e, embora não tenham vivido durante o Estado Novo, reportam-se às suas políticas como legítimas e alusivas a outros períodos, particularmente aos que ali estiveram.

E, como já foi ressaltado, partimos da pressuposição de que essas memórias se ancoram em um dos seus marcos fundamentais: a linguagem personificada como signos e símbolos que formaram parte dos projetos nacionalistas de escola pautados nos ideais positivistas da moral, do civismo e da religiosidade postos a serviço do patriotismo.

Para a realização da pesquisa, buscamos relatos de ex-alunos que frequentaram a Escola Getúlio Vargas entre 1967 e 1971, anos que compuseram parte de sua formação do Ensino Ginásial - 7 a 14 anos, hoje, Ensino Fundamental, e relatos de ex-docentes, professoras que tiveram suas trajetórias registradas na instituição durante as décadas de 60, 70 e 80 do século passado, ou seja, de sujeitos que recebem a memória de uma escola cujas bases sócio-pedagógicas e políticas nascem durante os anos do Estado Novo; esses, embora não tenham vivido nessa época, vão transitar por modelos pedagógicos que constituem seu pilar e que acabam florescendo nos anos em que eles eram alunos ou professores da escola, período que compreende a ditadura militar.

Entrevistamos ex-docentes e ex-discentes que protagonizaram e compuseram os



anais da instituição, vivenciaram a escola entre os anos de 1950 e 1970, seja como professoras, a exemplo de N.A.B., E.G.C.L. e H.L.S, ou como alunos (as), como o caso de E.G.C.L., J.C.L.C. e C.M.T. Alguns desses sujeitos participaram da instituição nos anos posteriores ao Estado Novo e durante os anos da ditadura civil-militar. São docentes e membros do corpo discente que receberam diretamente essas incursões de doutrinação conservadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

370

A Escola Getúlio Vargas, inaugurada durante o Estado Novo (1937-1945), leva o nome de seu patrono, como uma das ações encarnadas de sua política nacional, que deixou marcas as quais ressoam até os dias atuais. É um monumento representativo do parque histórico da cidade, é considerado um patrimônio do município e, desde 2008, compõe um projeto de lei que sugere seu tombamento.

A forma como a instituição é recuperada pela memória e materializada nos discursos, não só dos ex-alunos e ex-professores, expressa tanto a respeito do espaço, como também da própria linguagem sobre esse lugar, o que se articula nos documentos, na arquitetura e nas narrativas. Há uma relação dialógica de contiguidade e encadeamento entre esses três elementos: linguagem, espaço e memória. A linguagem não está manifesta somente no que é dito ou no que foi escrito. A estrutura da escola, sua preservação e como suas significações são recuperadas pelos ex-alunos e pelos ex-professores comportam uma definição que ultrapassa os limites das palavras, mas que também gestam memórias afetivas.

A partir dos estudos de Halbwachs (2009), é possível depreender que a linguagem é utilizada como um recurso para ressaltar, enaltecer e reificar os marcos sociais de referência da memória como bem social, como fora utilizado pela política educativa da memória social do período em foco. Bakhtin (2006) explica que essas relações de comunicação estão ligadas às estruturas sociais e alicerçadas sobre constructos ideológicos que lhes atribuem significações específicas e pontuais.

A linguagem estabelece uma relação dialética com as ações estatais de fortalecimento e consolidação do Estado; deve-se compreendê-la, portanto, por um viés dialógico de produção do sentido; por meio dela, conceitos, conflitos e conformações sociais foram representados a fim de impor uma maneira de organizar e sistematizar a sociedade.



O prédio da Escola Getúlio Vargas, para os seus ex-alunos, ex-professores, até mesmo para a sociedade, representa também uma fonte que estabiliza as memórias, servindo-lhes de âncora para suas lembranças, cujas associações com o espaço físico são retomadas a qualquer tempo, pois vão se constituindo como uma importante referência de memória.

Além disso, os registros feitos em atas da instituição atestam a inauguração da Escola e a referência de que havia a liderança política de Getúlio Vargas e do Estado Novo, regime que completava um ano de promulgação na data de estabelecimento da instituição na cidade. Ademais, o documento referenda a inauguração de uma escola que estava alinhada a essa perspectiva e às proposições do regime de governo.

As estratégias de uso da linguagem durante o governo do Estado Novo, que ressoaram nas propagandas de sua autolegitimação e projeção de sua imagem, também ecoaram nos discursos e narrativas formativos da memória social e coletiva da escola. Portanto, desde a sua inauguração, articula-se o sistema social de signos utilizado como suporte nos textos e nos discursos, sendo necessário atentar-se ao processo de direcionalidade dessas ações discursivas.

CONCLUSÕES

A Escola Getúlio Vargas foi inaugurada em comemoração ao primeiro aniversário de instauração do Estado Novo. Não é novidade que esse período foi fortemente imiscuído por um projeto de nação e de gestação para conceber uma nova realidade social. O governo ditatorial getulista empreendeu-se em criar organismos que visavam à educação da população, ao controle das comemorações e das manifestações populares, além de impor uma inspeção constante aos meios de comunicação visando a construir uma memória nacional que pudesse torná-lo legítimo e prestigiado pelas massas.

Os documentos analisados apontam que a trajetória da escola transitou por todos os regimes políticos após 1938, períodos de ditadura intercalados com períodos de democratização, guardando sua essência de escola formadora de homens e mulheres ordeiros, nacionalistas e religiosos. Sendo assim, certificamos que, embora historicamente haja mudanças de regimes políticos, as memórias e as ideologias construídas e apropriadas na época da inauguração da Escola atravessam seus marcos temporais, movimentam-se, sobretudo, por meio da linguagem e estruturam um modelo



pedagógico para manter-se e perdurar.

Sendo assim, as memórias sociais, coletivas dos sujeitos que vivenciaram períodos da Escola Getúlio Vargas encontram pontos de convergência, pois, de algum modo, ou como docente, ou como discente, todos compartilham da combinação das memórias relacionadas e sob influência dos fundamentos construtores da instituição, que representa o lastro de uma formação moral, cívica, religiosa e nacionalista desde a década de 1930. E, para isso, a linguagem foi utilizada como um importante recurso. Halbwachs (2009, p. 72) ressalta que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestados de seu ambiente”.

372

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Linguagem. Educação. Civismo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2009.

Realização:



Apoio:

